

O DESAFIO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO E PSICANÁLISE

THE CHALLENGE OF AN INCLUSIVE EDUCATION: DIALOGUE BETWEEN EDUCATION AND PSYCHOANALYSIS

Fabiano Santo Stolfi¹
Gustavo Angeli²
Andréia Martins³

RESUMO: A Educação Inclusiva é sempre um tópico atual de discussão no cenário nacional, principalmente quando pensado nas suas possibilidades práticas de atuação. A psicanálise, por sua vez, demonstra importantes discussões sobre as instituições escolares, o ato de educar e a educação inclusiva. Desse modo, o presente trabalho busca evidenciar aspectos teóricos educacionais relacionados às teorias psicanalíticas, a fim de fazer uma análise crítica a respeito dos principais dados obtidos nessa temática em uma revisão da literatura. Divide-se a análise em três principais tópicos de discussão: singularidade e complexidade em relação ao aluno e à escola, o equívoco no discurso inclusivo e a noção classificatória, tendo como última categoria, a prática inclusiva atravessada pela psicanálise em crianças com Transtorno do espectro Autista (TEA).

Palavras-chave: psicanálise; educação; educação inclusiva.

ABSTRACT: *Inclusive Education is always a topical issue in the national debate, especially when it comes to its practical possibilities for action. Psychoanalysis, in turn, highlights important discussions about school institutions, the act of educating and inclusive education. This paper will therefore examine aspects of educational theory in relation to psychoanalytic theories in order to provide a critical analysis of the most important data on this topic in a literature review. The analysis is divided into three main points of discussion: Uniqueness and complexity in relation to the student and the school, the misunderstanding in inclusive discourse and the classificatory notion, with the last category, inclusive practice, being permeated by psychoanalysis in children with Autism Spectrum Disorder (ASD).*

Keywords: psychoanalysis; education; inclusive education.

¹Psicólogo pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEDE. E-mail: fabiano.stolfi@unifebe.edu.br

²Psicólogo pela Universidade Regional de Blumenau. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Docente do curso de Psicologia – UNIFEDE. E-mail: gustavooangeli@gmail.com

³Psicóloga e Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Brusque – UNIFEDE. E-mail: andreia.martins@unifebe.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Apesar de ser um tema bastante discutido ao longo do tempo, a educação inclusiva sempre será um tópico atual nos meios educacionais, afinal, falar de educação inclusiva não significa abordá-la somente como um auxílio ao aluno com deficiências, ou não, mas como um direito de ele ser inserido no meio social de ensino, o que implica constante debate sobre estratégias de acolhimento e inclusão. Destaca-se, portanto, que a educação inclusiva objetiva inserir aluno que possui alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem com os demais estudantes, tanto em sala de aula quanto em suas demais práticas pedagógicas (Nunes; Saia; Tavares, 2015).

Dentre as diversas dificuldades que podem ser observadas no meio educacional, principalmente no ensino público, ao qual se refere esta investigação, está a educação inclusiva, por essa temática apresentar alguns desafios. Como exemplos, pode-se citar a inserção do aluno na escola, de modo que ele realmente esteja participando das práticas com os demais estudantes e não somente presente fisicamente ou, até mesmo, em questões pedagógicas, acerca de como auxiliá-lo da melhor forma nesse percurso de inserção. Nesse sentido, os desdobramentos sobre inclusão serão discutidos, aqui, por meio de bases teóricas educacionais relacionadas à teoria psicanalítica.

Este trabalho apresenta uma discussão sobre a psicanálise fora do contexto clínico, abordando a questão da educação e educação inclusiva nas instituições públicas de ensino fundamental. Ao longo do texto, pretende-se ressaltar a ideia psicanalítica sobre o educar, trazendo à tona a noção de impossível, elencada por Freud (1937/1996). Portanto, ao descrever sobre as teorias psicanalíticas e educacionais, busca-se, por meio da pesquisa, conciliar as articulações e visões possíveis da psicanálise relacionadas ao contexto da educação inclusiva.

Cabe destacar que, neste estudo, ao escolher a temática da educação inclusiva, o acadêmico/pesquisador não está somente implicado com o conhecimento teórico emergente a partir da pesquisa, mas também da noção vivencial da realidade em que esses sujeitos estão inseridos. Desse modo, a escolha do tema proposto converge com a história do acadêmico/pesquisador, que está incluído por meio de suas atividades laborais no cenário educacional, especificamente na educação inclusiva. Assim sendo, há uma mobilização do pesquisador diante do tema proposto.

Ressalta-se que trabalhar com educação dentro de uma perspectiva psicanalítica implica sair da visão clínica de psicanálise, adentrando o que chamamos de psicanálise extramuros. Tal argumento foi utilizado por Freud e, posteriormente, desenvolvido por outros autores psicanalíticos, para a noção de que a psicanálise está intensamente relacionada com o mundo em que nosso trabalho se desenvolve, ou seja, a psicanálise não está presente somente em *setting* clínico (Maia; Pinheiro, 2011). Nesse sentido, a investigação está relacionada à psicanálise extramuros a partir do momento em que realiza uma pesquisa, abordando esse sujeito em seu meio social e político, como a instituição escolar (Rosa, 2004).

Ao discutirmos sobre a educação e, principalmente, sobre educação inclusiva, estamos falando de uma questão complexa, carregada de paradigmas a serem observados. A educação inclusiva é um tema atual, que apesar de ser um direito dos sujeitos, como dito anteriormente, apresenta certos desafios relacionados à sua prática (Silva, 2011). Portanto, a pesquisa aqui apresentada irá desbravar sobre as produções teóricas dessa temática, articulando com o olhar educacional e de aprendizagem da psicanálise, visando uma discussão a respeito dos principais

referenciais teóricos obtidos, sendo essas contribuições desafios, destaques da temática e possíveis possibilidades práticas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A base epistemológica que permeia o presente trabalho será a psicanalítica, que tem surgimento no final do século XIX, início do século XX, com o autor conhecido como Sigmund Freud, que desenvolveu uma nova forma de pensar e elaborar teorias a respeito dos fenômenos psíquicos decorrentes de sua época. Um dos principais motivos que o levou a esses estudos foram os casos de histeria e neurose obsessiva. Ao longo do tempo, a psicanálise passa a se tornar referência para outros autores, tanto com fim de conhecimento quanto para base de outros estudos, devido aos seus conceitos e teorias. Dentre esses conceitos, cabe destacar o inconsciente. Desse modo, ao aprofundar-se nesse campo, Freud formula suas teorias e métodos de investigação (Mezan, 2003).

A psicanálise, então, passa de mera parte da literatura para a partilha de uma visão de mundo da ciência. Possui seu objeto próprio, denominado inconsciente e suas leis. Há, também, um método específico, em que se destaca a interpretação do discurso dos pacientes na situação analítica. Moldou-se, ao longo de seus estudos, de forma a acumular um corpo de conhecimento transmissível a quem desejar apropriar-se dele (Mezan, 2003).

No decorrer de suas obras, Freud nunca produziu um livro voltado à questão da educação, o que não significa que o autor não dava atenção a esse assunto. Em diversos livros e contextos diferentes de suas obras, Freud articulava sobre o educar na psicanálise. Isso ocorre devido à complexidade que é falar sobre a relação entre o educar e a psicanálise (Kupfer, 1989). Segundo Freud (1937/1996), o educar está incluído como uma das fases do impossível, elencada com o governar e o curar. Por esse motivo, em seu artigo “Análise terminável e interminável” destaca a importância da análise, sendo fundamental para o analista ou, no caso desta pesquisa, o educando, ter conhecimento de seus próprios conteúdos inconscientes. A noção do impossível está relacionada à impossibilidade de controlar o inconsciente. Desse modo, não existiria uma prática propriamente dita pedagógica psicanalítica, pois mesmo que haja o esforço do educador, será impossível ter controle sobre o outro (Kupfer, 1989).

Ao observar que o educador não tem domínio sobre o inconsciente, é importante destacar seu papel diante dos sujeitos que são seus alunos. Voltolini (2011) destaca que mesmo que o educador, na tentativa de uma organização, esteja com intenções e planejamentos claros sobre seu método pedagógico, alguns deles podem sair de seu controle. Como exemplo, há o fato de que, para alguns alunos, esse educador poderá ser uma referência, um ideal a ser seguido, porém, para outros, esse mesmo educador apresenta características opostas, sendo visto como alguém a não ser seguido, recebendo antipatia desses estudantes. Essa representação do aluno com o professor, e vice-versa, ocorre, muitas vezes, de forma inconsciente, sendo reflexo de seu histórico de vida, da forma como o sujeito foi se constituindo em meio a suas relações sociais, com os seus familiares ou, até mesmo, com seus primeiros professores, sendo transferida para o contexto escolar (Voltolini, 2011).

Podemos ressaltar, portanto, que a relação do professor com a criança se relaciona, inconscientemente, com sua própria história, fazendo emergir o paradoxo da impossível maestria, elencada anteriormente. Segundo Kupfer (1989), seria de grande importância, no percurso de educar, um contato do educador com sua própria

infância, porém ela não é mais acessível, sendo uma possibilidade para o educador a busca por análise.

Tais concepções da psicanálise a respeito da educação nos remetem ao desafio que é adentrar essa área, dando a entender que seria impossível estabelecer uma metodologia pedagógica-psicanalítica, pois o inconsciente é imprevisível, não é controlável. Pensar em um modelo pedagógico que impele o sujeito ou querer avaliá-lo por meio de uma prova colocando ordem, sendo previsível e estável, foge da noção psicanalítica de atuação (Kupfer, 1989). Obviamente, a psicanálise possui sua metodologia, porém o inconsciente não é previsível, o analista maneja, dirige e, até mesmo, interpreta os conteúdos inconscientes, mas sem saber o caminho que o paciente deve seguir, sendo o próprio sujeito em análise o responsável por essa caminhada (Kupfer, 1989).

O fato de não existir um método pedagógico-psicanalítico não faz com que a psicanálise não possa ser utilizada na educação com suas teorias e práticas. O psicanalista tem o compromisso ético de evidenciar suas práticas na instituição na qual está atuando, sendo essa atuação acompanhada de revisão constante acerca de seus instrumentos metodológicos e conceituais (LIMA; *et al.*, 2015). Então, reconhecendo todos os desafios e distinções da psicanálise e educação, o profissional atua buscando contribuir para a formação crítica e reflexiva daqueles envolvidos no processo de aprendizagem, seja esses alunos ou demais profissionais presentes nesta intervenção (Idem, 2015). Dessa forma a psicanálise se caracteriza como

[...] um saber que interroga o mal-estar na cultura, na civilização, na educação. Ela defende a impossibilidade de uma total coerência e controle sobre o próprio discurso. Há um mal-entendido na comunicação humana, decorrente da condição da linguagem, que marca uma ruptura entre a palavra e o objeto. A psicanálise se propõe a escutar o que insiste em se repetir, o que falha, apontando para uma dimensão humana da ordem do inacabado e do imprevisível, que atesta uma impossibilidade radical, muitas vezes desconsiderada pelos educadores (Lima; *et al.*, 2015, p. 3).

A psicanálise, nas instituições escolares, trabalha com a singularidade de cada sujeito, fugindo da noção de tratamentos padronizados e classificações de transtorno. Não há tratamento específico para cada sujeito, como portadores de alguma deficiência. A psicanálise, então, trabalha com cada sujeito, sejam eles pais, professores ou alunos, dando a eles o espaço da fala, onde, no decorrer de seus discursos, surgem novas perspectivas e interpretações sobre determinadas situações, produzindo novas escolhas (Lima; *et al.*, 2015). Tais espaços são ofertados de diferentes formas: acolhimentos, grupos de discussões com alunos, pais, professores, enfim, não se limitam as possibilidades, sendo definidas pelo profissional psicanalista no momento de sua intervenção.

Ao trabalhar com a singularidade de cada sujeito em uma instituição escolar, há, dentre elas, algumas em específico, que tornam, de certa forma, o trabalho pedagógico mais cauteloso, ao qual, geralmente, estão relacionadas os alunos portadores de alguma deficiência ou com dificuldade de aprendizagem, ponto de partida dos estudos sobre educação inclusiva. Ao pensar em educação inclusiva, estamos falando em uma nova modalidade de educação, que surgiu a partir da

elaboração da declaração de Salamanca⁴, em 1994, quando emergiu no cenário nacional a política nacional de educação especial com o viés na educação inclusiva (Nunes; Saia; Tavares, 2015).

Segundo Brasil (2018), no portal do ministério da educação, em 2008, foi lançada a política nacional de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, e aprovada, por meio de emenda constitucional, a convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. Dessa forma, diferentemente da educação especial, a educação inclusiva não se refere somente a alunos que possuem alguma deficiência em específico, propondo abranger, além desses alunos, os com altas habilidades/superdotação e, até mesmo, alunos que não possuem nenhum diagnóstico de deficiência ou semelhante, mas que apresentam dificuldades de aprendizagem (Nunes; Saia; Tavares, 2015).

Desse modo, Nunes, Saia e Tavares (2015) relata que a educação inclusiva apresenta uma nova concepção de educação, mostrando que não somente os alunos ditos especiais sofrem para serem inseridos, mas também os demais. Entretanto, trabalhar com inclusão não é uma tarefa fácil. Falar em inclusão não significa apenas incluir em sala de aula alunos considerados diferentes, mas em aceitar que cada sujeito, no contexto educacional, é diferente. Tanto o aluno quanto o professor, cada sujeito tem sua singularidade. Quando a inclusão ocorre, não somente o aluno que está sendo incluído melhora seu processo de aprendizagem, os demais sujeitos integrantes do ambiente também evoluem em novas concepções de relacionamento, quebrando preconceitos (Ferreira; Guimarães, 2003).

A ideia de inclusão não é algo novo. Vem sendo pensada há um longo período, desde a época em que se debatia sobre educação especial, até suas novas formulações, quando surgiu a educação inclusiva, que está longe de ter seus debates finalizados. Pensar em algo novo, principalmente na educação inclusiva, é um assunto que, para muitos, ainda gera desconforto, medo e, até mesmo, desconfiança, pois estão limitados a alguns preconceitos (Idem, 2003). Nesse sentido, é possível notar que falar de psicanálise e educação é algo complexo e relacionar educação inclusiva e psicanálise é ainda mais. Entretanto, esse é o objetivo do presente texto, que pretende analisar essas questões educacionais a partir do olhar psicanalítico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A psicanálise, na qualidade de campo de saber, com seus métodos e sua própria história, possui diferentes estratégias de produção de conhecimento e também detém seu próprio referencial para a compreensão da vida social em suas múltiplas manifestações (Roza, 1991). Dessa forma, ao pensarmos na pesquisa em psicanálise, se faz necessário a implicação do pesquisador com o seu objeto de pesquisa, mesmo que ele seja de caráter substancialmente teórico (Tavares; Hashimoto, 2013).

Dessa forma, ao implicar com seu objeto de estudo, o pesquisador deixa de fazer uma simples leitura acerca do tema, sínteses ou resumos das temáticas e passa para uma escuta do texto (Roza, 1991). Tal dinâmica entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa está relacionado à transferência, pois, como o analista, o pesquisador se mobiliza inconscientemente a partir de sua leitura e da produção de conhecimento derivado dela.

⁴ Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, a fim de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

Segundo Tavares e Hashimoto (2013), ao entender a dinâmica transferencial entre o pesquisador e seu objeto de estudo, é possível ressaltar que o primeiro, pela compreensão de determinados arcabouços teóricos, busca uma produção de conhecimento que está, de maneira inconsciente, relacionada à sua própria história, pois, por meio de sua leitura, o pesquisador é cercado por inquietações e angústias. Tais estranhamentos fazem parte do trabalho e servem de estopim na mobilização do pesquisador diante de seu objeto de pesquisa.

A presente pesquisa é de cunho bibliográfico e apresenta uma investigação da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico, sendo essas a psicanálise e educação, bem como a psicanálise e a educação inclusiva (Pizzani, *et al.*, 2012). O levantamento bibliográfico será feito por meio da busca de artigos a respeito da teoria, nas bases de dados, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e *Business Source Complete* (EBSCO), a partir das palavras-chave: psicanálise e educação, psicanálise e práticas educacionais e psicanálise e educação inclusiva.

Serão incluídos somente os trabalhos elaborados a partir de 2008, ano em que foi lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI), sendo desconsiderados os artigos anteriores a esse período. Dessa forma, com base nos textos encontrados sobre a temática pesquisada, esses serão divididos em tópicos, como: produções psicanalíticas acerca da educação e educação inclusiva, olhar da abordagem em meio a esse contexto, contribuições e desafios teóricos sobre a problemática. A análise dos materiais encontrados se sustentará baseada nas noções psicanalíticas de educação e aprendizagem.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise se sustenta fundamentada na teoria psicanalítica. São discutidos e problematizados os principais dados obtidos nos artigos científicos encontrados referentes à pesquisa, sendo esses os assuntos que mais se apresentaram, suas possibilidades práticas e as contribuições teóricas psicanalíticas destes.

Dessa forma, cabe ressaltar que os procedimentos estabelecidos para a construção desta pesquisa permitiram localizar, pela palavra-chave 'psicanálise e educação', 120 artigos; 'psicanálise e práticas educacionais', 25 artigos; 'psicanálise e educação inclusiva', somando mais 22 artigos, totalizando 167 artigos científicos. Os artigos foram analisados por meio de seus resumos, sendo possível identificar e incluir na análise artigos relacionados à pesquisa proposta e descartar os demais trabalhos e os artigos repetidos. Nesse sentido, com base na revisão bibliográfica e da inclusão e exclusão de artigos, de acordo com a perspectiva da pesquisa, a presente análise deriva da leitura e problematização de 13 artigos. Será dividida em três principais regularidades, sendo: a complexidade de lidar com o singular, o equívoco no discurso da educação inclusiva e suas noções classificatórias e, por fim, apontamentos para uma prática inclusiva atravessada pela psicanálise com crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA).

4.1 SINGULARIDADE E COMPLEXIDADE: O ALUNO E A ESCOLA

Um tópico em especial se destaca quando observado de uma perspectiva psicanalítica para a temática da educação inclusiva: a questão da complexidade em lidar com a singularidade e o inconsciente de cada sujeito em um ambiente escolar. Tal assunto se destaca, pois segundo Rahme, Ferreira e Neves (2019), o olhar para a singularidade é um diferencial da psicanálise, sendo o singular constituído a partir

das vivências e relações pessoais e institucionais, a exemplo da vinda desse sujeito à instituição escolar.

Rahme, Ferreira e Neves (2019) ainda salientam que a teoria psicanalítica nos auxilia a acreditar em uma luta por uma sociedade mais justa e igualitária, porém, destacam como isso pode ser desafiador, visto que a condição humana parece se comportar de uma forma segregadora, que direciona nossos afetos mais íntimos àqueles que consideramos semelhantes e afasta aqueles que não são considerados desse campo. Para a Psicanálise, portanto, o acordo de forma simbólica, que demanda de cada sujeito a renúncia de tratar o outro como um objeto, reconhecendo esse como semelhante, ampara as relações que fundamentam a constituição do laço social (Rahme; Ferreira; Neves, 2019).

Cabe destacar que para que ocorra uma educação inclusiva não é necessário olhar para as pessoas como se cada sujeito fosse igual, pois não são. É justamente no reconhecer as diferenças de cada sujeito que se trabalha com o singular. Kibrit (2013) defende a possibilidade da diferença e da singularidade no contexto educacional. Dessa forma, podemos entender que em um contexto escolar há diferenças entre os alunos, todos possuem singularidades, dificuldades, concomitantemente potenciais e, por esse motivo, deve-se olhar para esses sujeitos nos objetivos aos quais se convergem em estar na sala de aula. Todos estão ali para aprender, para socializar, para participar, entre outras atividades relacionadas às práticas educacionais, ou seja, todos possuem, de certa forma, um objetivo em comum, apesar das diferenças, desconstruindo a ideia de que só os iguais podem conviver em harmonia. A autora, citando Kupfer (2005, p. 20), destaca

O ponto de partida para articular diferença com igualdade pode ser outro: é possível afirmar que a diferença não é um desvio da norma, mas surge dela, emerge a partir da lei. A diferença precisa da igualdade, tomada agora em sua acepção de norma geral para todos, para poder se engendrar.

Dessa forma, Kibrit (2013) ressalta que assim como a inclusão nasce da exclusão, a igualdade nasce da diferença, ou seja, “é preciso que consideremos todos como iguais para, dessa forma, percebermos as diferenças e tomá-las não como discriminativas, mas como constituintes da singularidade do sujeito” (Kibrit, 2013, p. 688). A autora ainda faz uma ligação entre a psicanálise e a prática inclusiva, destacando que a inclusão não é somente uma política a ser implantada e que essa ultrapassa o plano da instituição escolar. “Trata-se de uma organização social e cultural, que é reproduzida dentro da educação” (Kibrit, 2013, p. 688). Tratar de inclusão, além de ser um direito à cidadania, é uma forma de trazer à tona as diferenças de cada sujeito como um elemento fomentador da sociedade, pois é especificamente nas diferenças que a singularidade de cada sujeito se compõe. Dessa forma, ter acessibilidade ao ensino significa, para o sujeito, um lugar na sociedade como cidadão, tendo acesso a trocas de ideias com colegas e à cultura, fazendo com que a inclusão escolar se torne, também, uma forma de inclusão social.

A autora ainda faz uma crítica interessante em relação às instituições escolares e à própria sociedade, dizendo que “quando os muros de uma escola são altos demais, a ponto de impedir o acesso a ela de certo grupo de crianças, isso reflete o fato de que nossa sociedade também está fechada para esse grupo” (Kibrit, 2013, p. 689). Kibrit (2013) articula as teorias de Mannoni, Charles Gardou e Michel Develay e ressalta que somente se os educadores, professores, pensarem o impossível como possível, recusando determinismo, aceitando a singularidade de cada sujeito, concebendo-os como são seres plurais e complexos, é que poderíamos não só

alcançar uma educação inclusiva em ambiente escolar, mas na sociedade como um todo.

4.2 O EQUÍVOCO NO DISCURSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A NOÇÃO CLASSIFICATÓRIA

Discute-se muito a respeito da inclusão, entretanto não se verifica uma prática efetiva. Esse movimento pode ser entendido como uma falha na forma como o sujeito é encaminhado e compreendido dentro do ambiente escolar. Silva (2010), além de discutir a respeito da complexidade de trabalhar com o sujeito singular, apresenta a questão paradoxal da inclusão, sendo uma de suas observações referente ao próprio significado da palavra inclusão e se realmente este apresenta o objetivo proposto.

A autora (2010), referência nesse assunto, recorrente em alguns dos artigos científicos encontrados na pesquisa, nos remete à reflexão acima das metodologias psicopedagógicas, utilizadas no campo da inclusão e como estas são contraditórias, ou seja, ao mesmo tempo em que falamos em educação inclusiva a proposta pedagógica realizada se dirige a cada aluno em particular, dessa forma, cada aluno é atendido separado do movimento coletivo da turma. Podemos entender essa prática de maneira sintetizada, trazendo o seguinte exemplo: o aluno com dificuldade de aprendizagem, que está inserido na educação inclusiva, recebe, por direito, um monitor escolar para lhe auxiliar. Porém, esse monitor tem como objetivo facilitar a acessibilidade do aluno ou auxiliá-lo nas atividades proposta pelo educador de forma individual, não necessariamente mediando a socialização desse aluno com as demais crianças. Nesse sentido, cria-se um paradoxo de que a educação que tende a ser inclusiva para esse aluno, acaba sendo exclusiva, pois separa o aluno dos demais presentes em sala.

Silva (2010) problematiza essa proposta, pois observa uma naturalização de classificações para os sujeitos inseridos no discurso inclusivo visado pelas instituições escolares. A autora destaca que

Em um movimento para mascarar e recobrir a experiência de ambivalência e mal-estar suscitada pelo estranho que está entre nós, percebe-se uma tentativa de naturalizar as diferenças dos alunos com necessidades educativas especiais e enquadrá-los em categorias ordenadoras previamente estabelecidas, que pressupõem uma descrição detalhada e cada vez mais refinada, em um movimento classificatório que tende ao infinito (Silva, 2010 p. 166).

Seguindo essa lógica classificatória, Cavallari (2010) problematiza o equívoco no discurso político-pedagógico sobre a educação inclusiva. Em uma análise por meio dos discursos de agentes educacionais, a autora ressalta o discurso normalizador da educação inclusiva, tendo esse como objetivo a padronização das dificuldades de cada sujeito no ambiente escolar. Segundo Skilar (2006, p. 29 *apud* Cavallari, 2010, p. 678), “acabamos reduzindo toda alteridade a uma alteridade próxima, a alguma coisa que tem de ser obrigatoriamente parecida a nós ou ao menos previsível, pensável, assimilável”. Desse modo, reduzimos a diferença do outro a um estereótipo, de cunho classificatório, pois este não se enquadra nos padrões da sociedade. Oliva (2016, p. 354) destaca que “olhar a pessoa com deficiência pelo viés do estigma e do estereótipo reduz o sujeito à deficiência e tira de foco seus atributos como indivíduo”. Esse movimento de resistência acerca do diferente está relacionado ao fato de que o estranho, ou não familiar, acaba remetendo à possibilidade de não controle e não saber, que, por sua vez, desarranja a estrutura de sujeito suposto saber que o agente

educativo se caracteriza (Cavallari, 2010).

O fato de esses sujeitos não corresponderem aos padrões estabelecidos pela sociedade também faz com que ocorra, nesse nosso cenário capitalista e capacitista, um movimento comum na educação, que é a medicalização⁵, em uma tentativa de colocar o diferente em um padrão ou de pelo menos controlá-lo, alguns desses alunos acabam perdendo seu diferencial (Guarido; Voltolini, 2009). Dessa forma, Cavallari (2010) ressalta que, em meio ao discurso político-pedagógico da educação inclusiva, faz-se necessária uma proposta pedagógica acolhedora, em que o diferente, o inesperado ou o estranho não seja silenciado, muito menos temido. A proposta da autora refere-se a repensar nos conceitos de educação inclusiva já naturalizados pelas instituições escolares, a fim de realmente promoverem alguma transformação a respeito do saber determinado sobre o outro.

Neves, Rahme e Ferreira (2019), discutindo a respeito da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), concomitantemente às teorias psicanalíticas, ressaltam que a ideia dessa política visa um vir a ser, algo que ainda se encontra em formulação e que convida os profissionais a verem por outros olhos a questão inclusiva, dando novas perspectivas de se projetar novos cenários e territórios educativos, nos quais os sujeitos com dificuldade sejam de fato incluídos no processo de aprendizagem. As autoras ainda destacam que a segregação que acaba sendo gerada nos meios educacionais pode ser desconstruída nessa proposta inclusiva que perpassa pela educação especial.

Assim sendo, a educação inclusiva, que tem um papel significativo no fortalecimento das experiências infantis, na manutenção de uma abertura ao novo, ao diferente (Sekkel; Matos, 2014), além de se caracterizar por ser uma temática desafiadora, destaca ainda mais a necessidade de conciliar tais discussões às possibilidades práticas dessa proposta e como os profissionais inseridos nesse contexto educacional podem realizar uma atuação visando à inclusão. Revisando as principais discussões elaboradas acerca dessas possibilidades, Valente (2017), em seu trabalho sobre as contribuições do núcleo de estudo em psicanálise e educação, ressalta que a teoria psicanalítica pode atuar no sistema educacional, mesmo que essa atuação seja de coadjuvante, com o educador, no ato de contribuir para a construção de conhecimento.

O autor destaca que, para uma contribuição, é importante que o educador seja atravessado pela psicanálise e esteja mobilizado com a aprendizagem do aluno. Nessa perspectiva, Valente (2017), revisando algumas discussões a respeito da prática psicanalítica na educação inclusiva, ressalta possibilidades de o educador trabalhar visando à inclusão, sendo esse processo uma educação que dá espaço ao sujeito, considerando a noção de sujeito a partir da teoria psicanalítica.

Que amarra o que é do saber ao que é do desejo, instituindo aí uma diferença, contribuindo para as reflexões do professor que passa a ter uma base teórica que sustenta a existência da particularidade em cada aluno, de inclusão ou não (Valente, 2017, p.143 *apud* Fernandes, 2013, p. 97).

Fazendo com que professor e aluno trabalhem juntos, fugindo da lógica de controle, obediência e submissão, visto que a educação se caracteriza como uma das fases do impossível, por não se ter um controle desse outro. Dessa forma, é justamente num laço transferencial, na possibilidade de trilhar caminhos

⁵ O conceito de medicalização foi utilizado em diversos estudos, especialmente a partir da década de 70 do século XX, para tratar de uma maneira com base na qual os “problemas de aprendizado das crianças” foram frequentemente traduzidos (Guarido; Voltolini, 2009, p.241).

desconhecidos e de escutar o diferente a partir das curiosidades sexuais infantis, que encontramos uma transmissão do conhecimento e a aprendizagem.

4.3 UMA PRÁTICA INCLUSIVA ATRAVESSADA PELA PSICANÁLISE COM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Ainda com base nas discussões acerca das possibilidades práticas da teoria psicanalítica na educação inclusiva, problematizamos possibilidades em um assunto que é bastante repercutido no meio escolar: as crianças que possuem o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Desse modo, para entendermos ainda mais as possibilidades práticas do educador atravessado pela psicanálise e o olhar classificatório para esses sujeitos que utilizam da educação inclusiva, discutimos diversas dificuldades sofridas por educadores, clínicos e familiares em relação à educação inclusiva e o TEA (Pimenta, 2019). Araújo, Furtado e Santos (2017) ressaltam que ainda se faz necessário mais estudos sobre essa temática, teorizações que proporcionem não só soluções, mas novas discussões.

O TEA se caracteriza como um assunto recorrente nas discussões psicanalíticas, aparecendo em alguns dos artigos científicos encontrados. Entende-se que a criança com TEA tem uma maneira singular de se relacionar com o outro e, desse modo, é importante destacar que há outros olhares para como ela se relaciona com seu meio. Consequentemente, alguns pressupostos teóricos da psicanálise serão ressaltados diante do TEA, a fim de entender o olhar psicanalítico em uma prática inclusiva, evidenciando novas concepções para os profissionais inseridos nesse campo.

Para Pimenta (2019), quando observadas pessoas com TEA, alguns pontos devem ser ressaltados, sendo: a relação que esse sujeito estabelece com a linguagem, a posição que este ocupa diante do outro e a constituição do corpo. No que se refere ao primeiro ponto, a criança com TEA possui limitações na fala, demora para começar a falar em sua infância e a quem dirige a fala. Outro fator que se destaca está relacionado ao significante dessas palavras e o equívoco, muitas vezes, no sentido que elas carregam. Por isso, muitas dessas crianças acabam falando ou se comunicando pouco de forma oral, mas, por vezes, podem se comunicar muito bem por meio da escrita (Pimenta, 2019). Tais dificuldades referentes à linguagem também se mostram como um tópico de incertezas por educadores, clínicos e familiares, porém a psicanálise, aqui fomentada pela autora em uma visão lacaniana, sugere que essa dificuldade relacionada à fala está ligada à falta de prazer da criança na fala dirigida ao outro, não utilizando libidinalmente sua voz (Pimenta, 2019). Para entender melhor esse contexto, a autora resalta os três tipos de uso da linguagem utilizados pelos sujeitos com autismo.

Os primeiros são dois modos privilegiados de utilização da linguagem pela criança, sendo a língua privada ou língua 'verbosa'⁶, que se refere ao gozo autoerótico do som, e o segundo refere-se à língua funcional ou também chamada de língua do intelecto, que se trata de uma língua em que a criança com TEA, com mais interação social, expressa suas vontades objetivas, por exemplo: sair, comer, beber água, entre outros. Entretanto, essa língua dita funcional não está carregada de emoções e sentimentos, emergindo então o terceiro modo de uso da linguagem. Esse tipo se caracteriza por uma expressão fugaz de frases espontâneas, que ocorrem em momentos urgentes, subjetivos de cada criança, nos quais o sujeito com TEA deixa seu mutismo e faz um apelo com pronunciamento claro e com boa semântica ao outro,

⁶ Conceito Lacaniano (1975/1978), ao qual se refere que fala desse sujeito não tem função necessariamente comunicativa, servindo ao prazer da sonoridade vocal (Pimenta, 2019).

na intenção de modificar o comportamento que lhe está incomodando (Pimenta, 2019).

A autora relata o caso de um menino que, ao ser sacudido várias vezes pela mãe para que falasse, pede que ela pare com isso, pois estava lhe machucando, depois retorna ao seu estado de mutismo, provando que o sujeito com autismo não possui necessariamente dificuldade em falar ou incapacidade, mas que escolhe não falar, não ceder sua voz. Em relação ao posicionamento diante do outro, é observado quando a criança se apresenta, muitas vezes, ameaçada, busca se defender. Esse outro que “se evidencia por suas demandas, sobretudo aquelas relacionadas aos alimentos ou aos excrementos, e por sua presença corporal, demarcada por sua voz e por seu olhar” (Pimenta, 2019, p. 12).

Segundo Araújo, Furtado e Santos (2017), considerando os constructos freudianos, para desconhecidos da teoria toda a singularidade envolta dessa criança, seus comportamentos e ações são enigmáticos, estranhos e não familiares. Para a psicanálise, tal criança não sofre de dificuldade perceptiva ou de falha cognitiva, entretanto, de um excesso, um excesso da presença do outro, a qual tem que anular. Novamente, evidenciamos, a partir da noção psicanalítica, que todas as incertezas e estranhamentos que uma pessoa com TEA mobiliza em um outro estão relacionados com as próprias resistências desse sujeito e, com isso, podemos relacionar a outros casos de inclusão escolar, não somente a sujeitos com TEA, como também aos que possuem transtornos relacionados à Ansiedade, Hiperatividade entre outros (Nabuco, 2010). Dessa forma, o exemplo sucinto discutido sobre o TEA tem o intuito de mostrar na prática como, para a teoria psicanalítica, a singularidade é um elemento essencialmente importante a ser observado e que uma visão classificatória desses sujeitos pode acabar não sendo utilizada como uma maneira de desenvolver atividades mais promissoras no quesito de aprendizagem, e sim um movimento reducionista, com a criação de estereótipos e estigmas que inviabilizam o surgimento de um sujeito capaz de aprender (Araujo; Furtado; Santos, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as discussões realizadas a respeito da educação inclusiva e sabendo da complexidade que é relacionar essa temática à teoria psicanalítica, é possível verificar que a abordagem psicológica, criada por Sigmund Freud, no final do século XIX, pode contribuir de forma efetiva nas práticas educacionais e, principalmente, na inclusão desses alunos. Evidenciamos, por meio das discussões dos autores, que a psicanálise não possui um método pedagógico propriamente dito, porém, auxilia de forma intrínseca a movimentação dos agentes educacionais e, aqui, ressaltamos todos que estão presentes nesse ambiente, não só professores, como monitores, serventes, coordenadores, diretores entre outros, uma visão menos classificatória ou que de alguma maneira reduza o sujeito a um estereótipo.

O debate que concomitantemente ressalta a importância de um olhar para o singular, também remete às possibilidades da própria teoria psicanalítica para fora do contexto clínico, com suas contribuições extramuros em assuntos político-sociais e educacionais. Em especial, destacamos a educação inclusiva na instituição escolar. Considerando a teoria psicanalítica uma teoria que possibilita releituras de conceitos fundamentais atrelados a uma escuta e prática clínica, independentemente do contexto que se encontra, e envolvida no campo político-social, caracterizando-se como uma teoria crítica aos modelos políticos e normativos da sociedade, problematizamos o decreto nº 10.502, emitido no dia 30 de setembro de 2020, pelo

Governo Federal, referente à educação inclusiva, objetivando produzir novos e outros olhares para a temática a partir da teoria psicanalítica, assim como apontar a necessidade de leituras capazes de promover um espaço de inclusão e aprendizagem.

O decreto modifica a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, vigente desde 2008, visando Instituir a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (Brasil, 2020). Destaca como objetivo o critério de escolha das famílias em relação à instituição de ensino que as crianças com deficiências irão estudar, sendo: em escolas regulares, escolas especiais ou em escolas bilíngues para pessoas que querem aprender Libras. Porém, segundo o Conselho Federal de Psicologia – CFP (2020), o decreto, que parece ser um avanço na política de educação inclusiva, na verdade propõe um retrocesso, visto que não se trata de uma ‘escolha’, mas da não garantia dos direitos dessas crianças perante a constituição e de que, de certa forma, tal política possui risco de segregação, afinal, a constituição brasileira de 1998 ressalta promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, sexo, raça, cor ou qualquer outra forma de discriminação.

Dentre as críticas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia, a primeira está relacionada a não participação ativa da população e, aqui, especificamente aos sujeitos com deficiência na elaboração deste decreto. De acordo com o CFP (2020), o decreto foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) sem qualquer consulta e participação às entidades representativas do movimento das pessoas com deficiência. Ou seja, o decreto vai contra os anseios da população e, principalmente, contra o movimento das pessoas com deficiência, que não estão sendo posicionados em seus lugares de fala. A outra grande problemática a ser ressaltada é a criação de salas especiais. Tal feito iria contra toda a luta já conquistada e ainda em andamento do movimento da educação inclusiva, visto que tem características segregativas, separando os alunos com deficiência dos demais alunos do ensino regular, o que se direciona completamente ao contrário das propostas de inclusão que visam o direito desse sujeito estar inserido socialmente dentro do ensino regular nas classes comuns, tendo deficiência ou não (CFP, 2020). A nova política pressuposta no decreto nº 10.502 apresenta-se contrária as políticas já implementadas na educação, que buscam a diversidade social e igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

Com isso, faço das palavras do Conselho Federal de Psicologia (2020) as minhas, destacando que acreditamos que ainda há avanços a serem alcançados quando o assunto é a educação inclusiva. Porém, esses avanços não serão conquistados por meio de rupturas na constituição, sem investimentos em capacitações e formações de docentes, sem a garantia de acessibilidade a todos e, em particular, sem o compromisso com a defesa de uma sociedade pela qual a diversidade, em todas as suas dimensões, é entendida como expressão de vidas e que estas vidas humanas importam.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ana Ramyres Andrade de; FURTADO, Luis Achilles Rodrigues; SANTOS, Samara Fernandes Paiva dos. A noção de duplo e sua importância na discussão do autismo. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 357-370, ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982017000200357&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 1º de nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Política de Educação Inclusiva de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/politica-de-educacao-inclusiva#:~:text=Em%202008%2C%20foi%20lan%C3%A7ada%20a,inclusivos%20e m%20todos%20os%20n%C3%ADveis>. Acesso em: 6 jun. 2020.

CAVALLARI, Juliana Santana. O equívoco no discurso da inclusão: o funcionamento do conceito de diferença no depoimento de agentes educacionais. **Rev. bras. linguist. apl**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 667-680, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982010000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Mudança na Política de Educação Especial é retrocesso e segregação! Entenda porque o CFP é contrário às alterações. 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/mudanca-na-politica-de-educacao-especial-e-retrocesso-e-segregacao-entenda-posicionamento-do-cfp/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável. Edição Standard Brasileira Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1937/1996. (Vol. XXIII).

GUARIDO, Renata; VOLTOLINI, Rinaldo. O que não tem remédio, remediado está? **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 239-263, abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 nov. 2020.

KIBRIT, Bruna. Possibilidades e desafios na inclusão escolar. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 683-695, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142013000400013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 out. 2020.

KUPFER, M.C. **Freud e a educação: o mestre do impossível**. São Paulo, SP: Ed. Scipione, 1989.

LIMA, Nádia Laguárdia de, *et al.* Psicanálise e Educação: um tratamento possível para as queixas escolares. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1103-1125, Dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000401103&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 jun. 2020.

MAIA, Maria Vitória Campos Mamede; PINHEIRO, Nadja Nara Barbosa. Um psicanalista fazendo outra coisa: reflexões sobre setting na psicanálise ext. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 656-667, 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2020.

MEZAN, Renato. Freud: **A Conquista do Proibido**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 168 p.

NABUCO, Maria Eugênia. Práticas institucionais e inclusão escolar. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 63-74, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 nov. 2020.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000401106&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 jun. 2020.

OLIVA, Diana Villac. Raízes sociais e psicodinâmicas do preconceito e suas implicações na educação inclusiva. **Psicol. Esc. Educ.** Maringá, v. 20, n. 2, p. 349-356, ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572016000200349&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 out. 2020.

PIMENTA, Paula Ramos. Clínica e Escolarização dos Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000100205&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 nov. 2020.

PIZZANI, Luciana *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá; NEVES, Libéria Rodrigues. Sobre Educação, Política e Singularidade. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000100201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 out. 2020.

ROSA, Miriam Debieux. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329-348, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2020.

ROZA, L. A. Garcia. A pesquisa de tipo teórico. **Atas do 1º encontro de pesquisa acadêmica em Psicanálise: Psicanálise e universidade**. São Paulo: PUC-SP, p. 9-32, 1991.

SEKKEL, Marie Claire; MATOS, Larissa Prado. Educação inclusiva: formação de atitudes na educação infantil. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 87-96, Jun

2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572014000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 nov. 2020.

SILVA, Kelly Cristina Brandão da. Educação inclusiva: para todos ou para cada um? Alguns paradoxos (in)convenientes. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 163-178, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072010000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 out. 2020.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. Educação Inclusiva: um novo paradigma de Escola. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 19, p. 119-134, 2011. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502011000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2020.

TAVARES, Leandro Anselmo Todesqui; HASHIMOTO, Francisco. A pesquisa teórica em psicanálise: das suas condições e possibilidades. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 166-178, 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 abr. 2020.

VALENTE, Tamara da Silveira. Contribuições do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Educação: a articulação psicanálise e educação e o significado de aluno-sujeito. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 64, p. 137-152, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000200137&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2020.

VOLTOLINI, Rinaldo. **Educação e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.